

NOTA

de: Praesidium

para: Convenção

Assunto: **Sugestão de abordagem ao Tratado EURATOM**

1. O Praesidium constatou que a Declaração de Laeken, que constitui o quadro de trabalhos da Convenção, não menciona o Tratado EURATOM, nem equaciona questões específicas aos domínios por ele abrangidos. No entanto, em alguns dos contributos escritos respeitantes a esse Tratado ¹ são também feitas sugestões de alterações substantivas, ao passo que outros Convencionais declararam opor-se a toda e qualquer iniciativa de revisão de fundo.
2. Tendo em conta o mandato da Convenção e o calendário fixado para o seu cumprimento, o Praesidium entende que não há qualquer fundamento para que a Convenção se lance num exercício de modificação substantiva do Tratado EURATOM, nem tão-pouco é oportuno que o faça.

¹ Ver nomeadamente os contributos escritos apresentados em 14 de Outubro de 2002 por Klaus Hänsch (CONV 344/02), em 22 de Outubro de 2002 por Hannes Farnleitner, Caspar Einem e Reinhard E. Bösch, (CONV 358/02) e, num âmbito mais geral, em 12 de Julho de 2002 por Klaus Hänsch e outros (CONV 189/02, pág. 5) e em 11 de Dezembro de 2002 por Josep Borrell, Carlos Carnero e Diego López Garrido (CONV 455/02, pág. 26). Ver também os contributos de Marie Nagy, Renée Wagner e Neil Mac Cormick (CONV 563/03, de 18 de Fevereiro de 2003).

3. Não obstante, conforme salientado na Declaração de Laeken, a União tem quatro Tratados, pelo que importa determinar o que deve fazer-se com o Tratado EURATOM.
4. As alterações de fundo que a Convenção prevê introduzir nas disposições institucionais e financeiras da União no âmbito do Tratado Constitucional implicam que as disposições correspondentes do Tratado EURATOM não poderão manter-se inalteradas, devendo, pelo contrário, ser adaptadas em conformidade.
5. O Praesidium estudou todas as opções possíveis para a adaptação do Tratado EURATOM às novas disposições da Constituição. Essas opções são as seguintes:
 - a) Incorporação do Tratado EURATOM no Tratado Constitucional (na Parte II ou num protocolo);
 - b) Alteração do Tratado EURATOM, que subsistiria autonomamente. Podem considerar-se neste caso duas opções:
 - i) adaptação efectuada por um Tratado separado e independente do Tratado Constitucional ou
 - ii) adaptação efectuada por um protocolo anexo ao Tratado Constitucional.

O Praesidium considera que o último destes métodos (adaptação do Tratado EURATOM mediante protocolo à Constituição) será o mais adequado.

6. A nível técnico, o Praesidium propõe que, para o efeito, se recorra a uma cláusula geral de remissão para o Tratado Constitucional. Essa cláusula geral conduziria à revogação de todo o Título III (Disposições institucionais), bem como à de praticamente todo o Título IV (Disposições financeiras), com excepção dos artigos 134.º, 135.º, 144.º, 145.º, 171.º, 172.º, 174.º e 176.º, que compreendem disposições específicas ao Tratado EURATOM. A disposição genérica em questão poderia ser formulada do seguinte modo:

"Artigo 107.º:

Sem prejuízo das disposições específicas previstas nos artigos 134.º, 135.º, 144.º, 145.º, 171.º, 172.º, 174.º e 176.º, as disposições institucionais e financeiras do Tratado que institui uma Constituição para a Europa (artigos XX a ZZ) e o artigo 45.º¹ são aplicáveis ao presente Tratado²".

7. Esta técnica permitiria também que se procedesse à revogação de todos os Tratados anteriores (Acto Único, Maastricht, Amesterdão e Nice), dando assim resposta ao pedido de simplificação formulado em Laeken. Bastaria, para tal, incluir no protocolo quatro disposições suplementares destinadas a reintroduzir as quatro outras alterações efectuadas por esses Tratados para além das introduzidas nos Títulos III e IV do Tratado EURATOM³.

(Em anexo é apresentada, a título indicativo e sob reserva de ultimação, a formulação que poderia ser dada ao protocolo).

¹ Equivalente aos artigos 309.º do TCE e 204.º do TCEEA, relativos às sanções.

² Esta disposição inspira-se no artigo 41.º do TUE.

³ Trata-se das alterações ao artigo 190.º (regime linguístico – Nice), bem como aos artigos 198.º (alínea a)), que estipula que o Tratado EURATOM não é aplicável às ilhas Faroé, ao artigo 201.º, respeitante às relações com a OCDE, e ao artigo 206.º, relativo aos acordos de associação (todas elas introduzidas pelo Tratado de Maastricht).

8. O facto de o Tratado EURATOM sofrer tais alterações não afectaria a sua natureza, que continuaria a ser a de direito primário. Além disso, o facto de se manter como Tratado separado não impediria a possibilidade de fusão das personalidades jurídicas da Comunidade EURATOM e da União Europeia. Para o efeito, as disposições de alteração ao Tratado EURATOM deveriam:
- estipular explicitamente que no Tratado EURATOM o termo "Comunidade" é substituído por "União Europeia" (ou pela designação que a Convenção escolher);
 - indicar que a União sucede à "Comunidade EURATOM" e a substitui;
 - mencionar que a disposição que confere explicitamente personalidade jurídica à União é aplicável ao Tratado EURATOM;
 - revogar o artigo 184.º do Tratado EURATOM, segundo o qual a Comunidade EURATOM tem personalidade jurídica.
9. A fusão das personalidades jurídicas implica que os acordos celebrados pela Comissão em conformidade com o artigo 101.º do TCEEA vinculam a União. Não havendo fusão das personalidades jurídicas, estes acordos seriam concluídos pela Comunidade EURATOM. Os Estados terceiros e as organizações internacionais poderiam assim, se fosse o caso, celebrar acordos com a União Europeia ou com a Comunidade EURATOM, consoante as matérias. Esta situação, embora tecnicamente possível à luz do direito, é indubitavelmente contrária à intenção de simplificação adoptada pela Convenção.
10. Se a Convenção concordar com a abordagem recomendada pelo Praesidium, esta será apresentada ao Conselho Europeu, que será de qualquer modo devidamente informado das outras sugestões feitas pelos membros da Convenção nos seus contributos.
-

**TÓPICOS PARA A REDACÇÃO DE UM TRATADO SEPARADO OU DE UM
PROTOCOLO DE ALTERAÇÃO AO TRATADO EURATOM
(revogação dos Títulos III e IV e sua substituição por uma cláusula geral de remissão)**¹

O Tratado que institui a Comunidade Europeia da Energia Atómica é alterado do seguinte modo:

- 1) A denominação do Título III "Disposições institucionais" é substituída pela seguinte:

"Disposições institucionais e financeiras"

- 2) Os artigos 107.º a 170.º são substituídos pelo seguinte texto:

"Artigo 107.º

Sem prejuízo das disposições específicas previstas nos artigos 134.º, 135.º, 144.º, 145.º, 171.º, 172.º, 174.º e 176.º, as disposições institucionais e financeiras do Tratado que institui uma Constituição para a União Europeia (artigos XX a ZZ), bem como o artigo 45.º² do mesmo Tratado, são aplicáveis ao presente Tratado³."

- 3) A denominação do Título IV "Disposições financeiras" é substituída pela seguinte:

"Disposições financeiras específicas".

¹ Propõe-se que o trabalho técnico, em especial o de revogação dos Tratados actuais, seja efectuado pelos três Serviços Jurídicos – do Parlamento Europeu, do Conselho e da Comissão – com base no esquema aqui sugerido.

² Equivalente aos artigos 309.º TCE e 204.º TCEEA sobre as sanções.

³ Esta disposição é inspirada no artigo 41.º do TUE.

- 4) São revogados os artigos 173.º, 175.º e 177.º a 183.º-A.

Além disso, a fim de revogar o Acto Único e os Tratados de Maastricht, Amesterdão e Nice, haverá ainda que reintroduzir as alterações introduzidas por esses Tratados:

- 5) O artigo 190.º passa a ter a seguinte redacção:

"[versão prevista no Tratado de Nice]".

- 6) O artigo 198.º é alterado do seguinte modo... *[ver alteração constante do Tratado de Maastricht]*.

- 7) O artigo 201.º é alterado do seguinte modo *[idem]*.

- 8) O artigo 206.º é alterado do seguinte modo *[idem]*.
-